



ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO TRE-RO N. ____/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO SEI TRE-RO N. 0001764-85.2025.6.22.8000

CONTRATAÇÃO POR LICITAÇÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA (DEMO) - LEI N. 14.133/2021

PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO N. ____/2026 (EVENTO __)

CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O TRE-RO E A EMPRESA _____, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, NA CATEGORIA PROFISSIONAL AUXILIAR ADMINISTRATIVO, EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DAS ZONAS ELEITORAIS DA CAPITAL E DO INTERIOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, POR OCASIÃO DA REALIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES DE 2026.

CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO), inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-901, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador RADUAN MIGUEL FILHO, brasileiro, residente e domiciliado na Cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

CONTRATADO(A): _____, CNPJ _____, com sede na Rua/Avenida _____, n. _____, bairro _____, CEP: _____, na cidade de _____, Estado de _____, Telefone(s): () _____ / () _____, E-mail(s): _____, representada neste ato por _____, brasileiro(a), conforme identificação feita por meio dos documentos apresentados pela Contratada ao TRE-RO (cujos dados pessoais foram suprimidos em respeito à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Leis nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), nº 12.846/2013 (Anticorrupção); Decreto Federal nº 11.246/2022 (regras para a atuação do agente de contratação, da equipe de apoio, dos gestores e fiscais de contratos, etc.); Decreto Federal nº 7.203/2010 (vedação ao nepotismo); Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 01/2010 (critérios de sustentabilidade nas contratações), SEGES/MPDG nº 05/2017 (execução indireta de serviços, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022), SEGES/ME nº 98/2022 (regulamento de execução de serviços contínuos e não continuados sob a Lei nº 14.133/2021) e SEGES/MGI nº 82/2025; Resoluções CNJ nº 347/2020 e nº 400/2021 (sustentabilidade), nº 497/2023 (Programa Transformação), nº 540/2023 e nº 255/2018 (igualdade de gênero), e nº 651/2025 (conta-depósito vinculada); Resolução TSE nº 23.702/2022 (Política de Governança das contratações na Justiça Eleitoral) e nº 23.644/2021 (Política de Segurança da Informação); Resoluções TRE-RO nº 31/2023 (prevenção e enfrentamento do assédio moral, sexual e da discriminação), nº 29/2024 (paridade de gênero nas contratações), nº 41/2017 (Política de Controle de Acesso Físico e Lógico) e nº 15/2019 (Código de Ética do TRE-RO); Portaria TRE-RO nº 244/2024; Instruções Normativas TRE-RO nº 3/2024 (Política de Integridade e Conduta Ética da Gestão de Contratações) e nº 4/2023 (regras e procedimentos da Lei nº 14.133/2021 nas contratações via licitações); Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral; e, supletivamente, Leis nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e nº 10.406/2002 (Código Civil); assim como decisões e orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

FUNDAMENTO LEGAL: Contratação por licitação, na forma eletrônica, com fulcro no artigo 90 da Lei n. 14.133/2021, no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e em seus anexos.

ATO DE AUTORIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DESPACHO Nº __/2026 - PRES/DG/GABDG, de __/__/2026 (evento __).

ATO DE HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO (Pregão Eletrônico): DESPACHO Nº __/2026 - PRES/DG/GABDG, de __/__/2026 (evento __).

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

(Art. 92, I e II, da Lei 14.133/2021)

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços de apoio administrativo, na categoria profissional Auxiliar Administrativo, a serem executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, destinados a suprir as necessidades das Zonas Eleitorais da Capital e do Interior do Estado de Rondônia, por ocasião da realização das Eleições de 2026, conforme condições, quantitativos e exigências estabelecidos no Termo de Referência e em seus anexos.

1.2. A solução contratada compreende a prestação de serviços de apoio administrativo, categoria profissional Auxiliar Administrativo, Código CBO 4110-05, classificação CATSERV Grupo 911, Serviço 5380, com o total de 52 (cinquenta e dois) postos de trabalho, distribuídos entre a Capital e o Interior do Estado de Rondônia, no período de 1º/09/2026 a 25/10/2026, correspondente a 55 (cinquenta e cinco) dias.

1.3. A distribuição operacional dos postos observará a seguinte composição:

a) 7 (sete) postos nas Zonas Eleitorais da Capital; b) 45 (quarenta e cinco) postos nas Zonas Eleitorais do Interior.

1.4. Os postos da Capital serão distribuídos entre as Zonas Eleitorais sediadas no Fórum Eleitoral Lourival Mendes de Souza, em Porto Velho/RO, conforme tabela abaixo:

| Zona Eleitoral (ZE) | Quantidade de Postos |
|---------------------|----------------------|
| 2ª | 2 |
| 6ª | 2 |
| 20ª | 2 |
| 21ª | 1 |
| Total Capital | 7 |

1.5. Para fins de composição da remuneração dos postos, observada a estrutura tarifária diferenciada de auxílio-transporte aplicável às distintas localidades de execução, a Tabela de Distribuição Econômica dos postos observará o seguinte agrupamento:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

| Item | Posto de Trabalho | Localidade | Qtd. Pos- tos | Período de Execução | Valor Mensal | Valor Total |
|------|------------------------------|----------------------------------|------------------|------------------------------|--------------|-------------|
| 01 | Auxiliar Administra- tivo | Capital + 3 ZEs do In- terior | 10 | 1 mês e 25 dias (55 dias) | R\$ _____ | R\$ _____ |
| 02 | Auxiliar Administra- tivo | Demais ZEs do Interior | 42 | 1 mês e 25 dias (55 dias) | R\$ _____ | R\$ _____ |
| | TOTAL | | 52 | | | R\$ _____ |

1.6. A composição do valor total estimado da contratação observará:

| Descrição | Natureza | Valor |
|---|----------|----------------|
| (1) Valor total dos postos de trabalho | Variável | R\$ _____ |
| (2) Estimativa de horas extras | Fixo | R\$ 149.563,46 |
| (3) Estimativa de deslocamentos (diárias e passagens) | Fixo | R\$ 26.658,15 |
| VALOR TOTAL DO CONTRATO | | R\$ _____ |

1.7. O quantitativo, a distribuição completa dos postos, os endereços das unidades, os contatos das Zonas Eleitorais, os períodos de execução e as datas de ativação estão pormenorizados no Termo de Referência nº 2/2026 e na Tabela 2 abaixo, integrando este contrato para todos os fins:

Tabela 2 - Quantitativo e Distribuição dos Postos de Trabalho e as respectivas datas.

| Re- gião | Município Sede | ZE | Endereço / Contato | Qtde. Pos- tos | Período de Execução |
|---------------|-------------------|----|---|----------------------|--|
| Inte- rior | Guajará- Mirim | 1ª | Av. Cândido Rondon, nº 784, Tamandaré - E-mail: zona1@tre-ro.jus.br - Tel.: (69) 99610-1838 / 99978-4153 | 2 | 1º/9/2026 a 25/10/2026 (55 dias) |



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

| | | | | | |
|----------|-------------------|-----|--|---|----------------------------------|
| Interior | Ji-Paraná | 3ª | Av. Marechal Rondon, nº 1218, Centro - E-mail: zona3@tre-ro.jus.br - Tel.: (69) 99924-0907 / 99951-0072 | 2 | 1º/9/2026 a 25/10/2026 (55 dias) |
| Interior | Ji-Paraná | 30ª | E-mail: zona30@tre-ro.jus.br - Tel.: (69) 3211-2230 | 2 | 1º/9/2026 a 25/10/2026 (55 dias) |
| Interior | Vilhena | 4ª | Rua 545, nº 495, Bairro Jardim América - E-mail: zona4@tre-ro.jus.br - Tel.: (69) 99606-5107 | 2 | 1º/9/2026 a 25/10/2026 (55 dias) |
| Interior | Costa Marques | 5ª | Av. Chianca, nº 1159, Bairro Centro - E-mail: zona5@tre-ro.jus.br - Tel.: (69) 99317-3094 | 2 | 1º/9/2026 a 25/10/2026 (55 dias) |
| Interior | Ariquemmes | 7ª | Travessa Aquariquara, nº 3631, Setor Institucional - E-mail: zona7@tre-ro.jus.br - Tel.: (69) 99931-0986 | 2 | 1º/9/2026 a 25/10/2026 (55 dias) |
| Interior | Ariquemmes | 25ª | E-mail: zon025@tre-ro.jus.br - Tel.: (69) 99984-0322 / 99955-9275 | 2 | 1º/9/2026 a 25/10/2026 (55 dias) |
| Interior | Ariquemmes | 26ª | E-mail: zon026@tre-ro.jus.br - Tel.: (69) 99921-2355 / 99960-6527 | 2 | 1º/9/2026 a 25/10/2026 (55 dias) |
| Interior | Colorado do Oeste | 8ª | Av. Marechal Rondon, nº 4637, Bairro Centro - E-mail: zona8@tre-ro.jus.br - Tel.: (69) 99917-5770 | 1 | 1º/9/2026 a 25/10/2026 (55 dias) |
| Interior | Pimenta Bueno | 9ª | Av. Castelo Branco, nº 970, Pioneiros - E-mail: zona9@tre-ro.jus.br - Tel.: (69) 99953-3953 / 99918-2428 | 2 | 1º/9/2026 a 25/10/2026 (55 dias) |
| Interior | Jaru | 10ª | Rua Princesa Isabel, nº 1028, Setor 02 - E-mail: zona10@tre-ro.jus.br - Tel.: (69) 99600-9781 / 99936-4886 | 2 | 1º/9/2026 a 25/10/2026 (55 dias) |



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

| | | | | | |
|----------|------------------------|-----|---|---|----------------------------------|
| Interior | Jaru | 27ª | E-mail: zon027@tre-ro.jus.br - Tel.: (69) 99967-2274 / 99930-3791 | 1 | 1º/9/2026 a 25/10/2026 (55 dias) |
| Interior | Cacoal | 11ª | Rua Anísio Serrão, nº 2004, Bairro Centro - E-mail: zona11@tre-ro.jus.br - Tel.: (69) 3211-2211 / 99909-1381 | 1 | 1º/9/2026 a 25/10/2026 (55 dias) |
| Interior | Espigão do Oeste | 12ª | Rua Rio Grande do Sul, nº 2664, Bairro Centro - E-mail: zona12@tre-ro.jus.br - Tel.: (69) 99900-0896 | 2 | 1º/9/2026 a 25/10/2026 (55 dias) |
| Interior | Ouro Preto do Oeste | 13ª | Rua Café Filho, nº 83, União - E-mail: zon013@tre-ro.jus.br - Tel.: (69) 99908-1046 / 99942-2934 | 1 | 1º/9/2026 a 25/10/2026 (55 dias) |
| Interior | Ouro Preto do Oeste | 28ª | E-mail: zona28@tre-ro.jus.br - Tel.: (69) 3211-2228 / 99915-9223 | 2 | 1º/9/2026 a 25/10/2026 (55 dias) |
| Interior | Rolim de Moura | 15ª | Av. São Luiz, nº 4557, Bairro Centro - E-mail: zona15@tre-ro.jus.br - Tel.: (69) 99524-570 / 3211-2215 | 2 | 1º/9/2026 a 25/10/2026 (55 dias) |
| Interior | Rolim de Moura | 29ª | E-mail: zona29@tre-ro.jus.br - Tel.: (69) 3211-2229 | 2 | 1º/9/2026 a 25/10/2026 (55 dias) |
| Interior | Cerejeiras | 16ª | Av. das Nações, nº 1847, Bairro Centro - E-mail: zona16@tre-ro.jus.br - Tel.: (69) 3211-2216 / 99956-5749 | 2 | 1º/9/2026 a 25/10/2026 (55 dias) |
| Interior | Alta Floresta do Oeste | 17ª | Av. Brasil, nº 3068, Princesa Isabel - E-mail: zona17@tre-ro.jus.br - Tel.: (69) 99956-5556 / 99943-5453 | 2 | 1º/9/2026 a 25/10/2026 (55 dias) |
| Interior | Alvorada do Oeste | 18ª | Rua Monteiro Lobato, nº 4283, Três Poderes - E-mail: zona18@tre-ro.jus.br - Tel.: (69) 99792-7759 / 3412-2657 | 2 | 1º/9/2026 a 25/10/2026 (55 dias) |



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

| | | | | | |
|----------|-----------------------|-----|---|----|----------------------------------|
| Interior | Santa Luzia D'Oeste | 19ª | Rua D. Pedro I, nº 2349, Bairro Centro - E-mail: zona19@tre-ro.jus.br - Tel.: (69) 99908-2508 | 1 | 1º/9/2026 a 25/10/2026 (55 dias) |
| Interior | Machadinho do Oeste | 32ª | Av. Rio de Janeiro, nº 3134, Centro - E-mail: zona32@tre-ro.jus.br - Tel.: (69) 99991-1810 / 99915-7352 | 2 | 1º/9/2026 a 25/10/2026 (55 dias) |
| Interior | Buritis | 34ª | Av. Porto Velho, nº 1454, Setor 02 - E-mail: zona34@tre-ro.jus.br - Tel.: (69) 99605-4420 / 99922-0565 | 2 | 1º/9/2026 a 25/10/2026 (55 dias) |
| Interior | São Miguel do Guaporé | 35ª | Av. Cacoal, nº 965, Cristo Rei, CEP 76.932-000 - E-mail: zon035@tre-ro.jus.br - Tel.: (69) 99928-3012 | 2 | 1º/9/2026 a 25/10/2026 (55 dias) |
| Capital | Porto Velho | 2ª | Fórum Eleitoral Lourival Mendes de Souza, Rua Jacy Paraná, s/n, Baixa União - E-mail: zona2@tre-ro.jus.br - Tel.: (69) 3211-2202 / 3211-2243 | 2 | 1º/9/2026 a 25/10/2026 (55 dias) |
| Capital | Porto Velho | 6ª | Fórum Eleitoral Lourival Mendes de Souza, Rua Jacy Paraná, s/n, Baixa União - E-mail: zona6@tre-ro.jus.br - Tel.: (69) 99904-0616 / 3211-2266 | 2 | 1º/9/2026 a 25/10/2026 (55 dias) |
| Capital | Porto Velho | 20ª | Fórum Eleitoral Lourival Mendes de Souza, Rua Jacy Paraná, s/n, Baixa União - E-mail: zona20@tre-ro.jus.br - Tel.: (69) 3211-2220 | 2 | 1º/9/2026 a 25/10/2026 (55 dias) |
| Capital | Porto Velho | 21ª | Fórum Eleitoral Lourival Mendes de Souza, Rua Jacy Paraná, s/n, Baixa União - E-mail: zon021@tre-ro.jus.br - Tel.: (69) 3211-2221 / 3211-2151 | 1 | 1º/9/2026 a 25/10/2026 (55 dias) |
| TOTAL | | | | 52 | |

1.8. Vinculam esta contratação, para todos os fins e efeitos, os instrumentos abaixo indicados, independentemente de transcrição:

1.8.1. O Termo de Referência nº 2/2026 e seus anexos;

1.8.2. O Edital da Licitação;

1.8.3. A Proposta da Contratada;

1.8.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

CLÁUSULA SEGUNDA — DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

(Arts. 105 e seguintes da Lei 14.133/2021)

2.1. O prazo de vigência da contratação terá seu termo inicial na data da última assinatura das partes e termo final em 30/12/2026, não podendo ser prorrogado, por não se enquadrar como serviço continuado, haja vista a temporalidade dos serviços, destinados exclusivamente ao atendimento do pleito eleitoral de 2026, cessando sua necessidade ao término das eleições.

2.1.1. O prazo de vigência mencionado compreende o período total de execução dos serviços (1º/9/2026 a 25/10/2026), acrescido de 66 (sessenta e seis) dias destinados ao encerramento contratual, incluindo, exemplificativamente: pagamentos finais, atestes, recolhimentos previdenciários e do FGTS, comprovação das verbas rescisórias, encerramento da conta-depósito vinculada, liberação da garantia contratual, e demais providências administrativas correlatas.

2.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

CLÁUSULA TERCEIRA — DO REGIME DE EXECUÇÃO, DO MODELO DE EXECUÇÃO E DO MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL

(Art. 92, IV, VII e XVIII, da Lei 14.133/2021)

3.1. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço unitário, conforme item 8.2 do Termo de Referência nº 2/2026.

3.2. O regime de execução contratual, os modelos de execução e de gestão, o detalhamento dos serviços, as atribuições, a distribuição e os quantitativos dos postos de trabalho, local, horário e jornada de trabalho, regras quanto aos deslocamentos e serviços extraordinários, detalhamento sobre os uniformes e vestimentas no local de trabalho, rotinas a serem cumpridas, materiais a serem disponibilizados, a descrição da solução como um todo, procedimentos de transição e finalização do contrato (se cabível), os requisitos da contratação (sustentabilidade, políticas afirmativas de gênero, equidade e inclusão social, paridade de gênero e reserva de vagas, requisitos mínimos dos profissionais, as condições, a dinâmica, as etapas e o cronograma de execução, etc.), os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, bem como o Mapa de Gestão de Riscos e os procedimentos de encerramento do contrato constam no Termo de Referência respectivo e seus anexos.

3.3. No TRE-RO, a gestão desta contratação será realizada pelo(a) titular da Seção de Administração Predial – SEAP, e a fiscalização desta contratação será realizada pelos(as) Chefes de Cartório das Zonas Eleitorais de Rondônia, ou por seus substitutos respectivos, em suas ausências legais, aos quais competem, nessas condições, todas as atribuições estipuladas pelas normas do TRE-RO, assim como as indicadas no Termo de Referência correspondente.

3.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.5. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, observando que:

3.5.1. A Contratada designará formalmente preposto para representá-la perante a Administração, antes do início da prestação dos serviços, consignando, no instrumento de designação, de forma expressa, os respectivos poderes e deveres relacionados à execução do objeto contratado.

3.5.2. Não poderão ser indicados como preposto os profissionais ocupantes dos postos de trabalho decorrentes desta contratação.

3.5.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

3.5.4. A Contratada deverá orientar o preposto quanto à obrigatoriedade de acatar as orientações da Administração, inclusive no que se refere ao cumprimento das normas internas do Tribunal e das disposições relativas à segurança e à medicina do trabalho.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

3.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

CLÁUSULA QUARTA — DA SUBCONTRATAÇÃO

(Art. 122 da Lei 14.133/2021)

4.1. Não será admitida a subcontratação deste objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA — DO PREÇO

(Art. 92, V, da Lei 14.133/2021)

5.1. O valor total da contratação será o resultante da proposta vencedora, juntada aos autos do Pregão Eletrônico nº ____/2026, conforme composição a seguir:

| Item | Posto | Quantitativo | Valor Unitário | Valor Mensal | Período de Execução | Valor Total |
|------|-------------------------------------|--------------|----------------|--------------|----------------------------------|----------------|
| 1 | Auxiliar Administrativo | 10 | R\$ | R\$ | 01/09/2026 a 25/10/2026 | R\$ |
| 2 | Auxiliar Administrativo | 42 | R\$ | R\$ | 01/09/2026 a 25/10/2026 | R\$ |
| | Sub-total Valor Postos | 52 | - | R\$ | 1 mês e 25 dias (55 dias) | R\$ |
| 3 | Estimativa de horas extras | - | - | - | - | R\$ 149.563,46 |
| 4 | Estimativa de deslocamento | - | - | - | - | R\$ 26.658,15 |
| | Valor Total Estimado (1+2+3) | - | - | - | - | R\$ |

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Os valores estimados para deslocamentos (diárias e passagens) e para a prestação de serviços extraordinários (horas extras) integram o valor global da contratação, porém não se submetem à disputa, constituindo



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

valores fixos e invariáveis para todos os licitantes, destinados a cobrir despesas previamente dimensionadas pela Administração, não compondo a base de comparação entre as propostas apresentadas.

5.3.1. O reembolso dos valores referidos no item 5.3 ocorrerá mediante comprovação efetiva dos deslocamentos realizados e das horas extras autorizadas, observados os procedimentos previstos nos itens 5.10 e 5.11 do Termo de Referência nº 2/2026.

CLÁUSULA SEXTA — DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

(Artigo 92, VIII, da Lei 14.133/2021)

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União do exercício 2026, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 070024 – Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO);

PTRES: _;

Fonte de Recursos: _;

Natureza de Despesa: _;

Plano Interno: _;

Nota de Empenho: 2026NE000_, de _/_/_ (evento _).

6.2. A dotação / adequação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, caso necessário, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, e poderá ser formalizada por apostilamento, desde que isolada; ou por termo aditivo, quando concomitantemente a outro incidente contratual que o exija.

CLÁUSULA SÉTIMA — DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

(Art. 92, XII, da Lei 14.133/2021)

7.1. A Contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período (mediante solicitação justificada da Contratada e a critério do Contratante), contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo optar por uma das modalidades previstas no artigo 96 da Lei nº 14.133/2021: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou seguro-garantia.

7.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a adjudicatária terá prazo de 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, mas que deve ocorrer antes da assinatura do contrato, sendo que a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas (art. 97, I e II, da Lei n. 14.133, de 2021).

7.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

7.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item a seguir deste contrato (Parágrafo único do art. 99 da Lei n. 14.133, de 2021).

7.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

7.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de (caput do art. 97 da Lei n. 14.133, de 2021), incluindo:

7.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

7.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

7.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

7.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

7.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

7.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

7.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

7.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

7.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificado.

7.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria, sendo que:

7.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n. 14.133, de 2021);

7.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

7.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato (Item 3.1, h.1 do ANEXO VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017 c/c IN SEGES/ME nº 98/2022).

7.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente (art. 100 da Lei n. 14.133, de 2021).

7.16. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria.

7.17. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

7.18. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

7.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

7.20. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

7.21. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

7.22. A não apresentação da garantia ou sua apresentação em desacordo com o prazo fixado significará descumprimento do contrato, ensejando aplicação das sanções cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA — DO PAGAMENTO

(Art. 92, V e VI, da Lei 14.133/2021)

8.1. O prazo para pagamento ao contratado, os critérios de medição, liquidação e pagamento, e as demais condições a ele referentes, inclusive quanto ao Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou instrumento substituto, a regra sobre cessão de crédito e a Tabela de Infrações, encontram-se definidos no Termo de Referência respectivo, anexo a este Contrato.

8.2. Não será admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, conforme vedação expressa constante do item 7.37 do Termo de Referência nº 2/2026, cujas justificativas ficam integralmente incorporadas a este instrumento.

8.3. CONTA-DEPÓSITO VINCULADA – BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO:

8.3.1. De acordo com a Resolução CNJ nº 651, de 29 de setembro de 2025, e, no que couber, a IN SEGES/MPDG nº 05/2017 aplicável às contratações da Lei 14.133/2021 por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98/2022, e considerando a Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, o TRE-RO fará o provisionamento de encargos trabalhistas para o pagamento das férias, abono de férias (1/3 constitucional), 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, incidências dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, abono de férias (1/3 constitucional) e 13º salário sobre os encargos retidos, que serão deduzidos do pagamento do valor mensal do contrato e depositados exclusivamente em banco público oficial.

8.3.2. Os depósitos serão realizados pelo TRE-RO em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – aberta no nome da contratada junto à Agência PAB da Justiça Federal da Caixa Econômica Federal em Porto Velho/RO ou no Banco do Brasil S/A, em agência a ser definida neste município, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do TRE-RO.

8.3.3. Os depósitos serão efetuados sem prejuízo da retenção, na fonte, da tributação sujeita a alíquotas específicas previstas na legislação própria.

8.3.4. O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das rubricas com provisões previstas para o período da contratação: férias, abonos de férias (1/3 constitucional), 13º salário, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, conforme percentuais definidos no item 7.38 do Termo de Referência nº 2/2026.

8.3.5. Os valores provisionados serão obtidos pela aplicação dos percentuais e valores constantes da proposta.

8.3.6. A contratada deverá, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação do Tribunal, assinar os documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – e os termos específicos da instituição financeira oficial que permitam ao Tribunal ter acesso aos saldos e extratos, e vinculem a movimentação dos valores depositados à autorização do Tribunal. O prazo para assinatura dos documentos poderá ser prorrogado pelo Tribunal, mediante justificativa formal da empresa contratada.

8.3.7. Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados pela caderneta de poupança ou por instrumento financeiro de baixo risco e lastreado em títulos públicos, com resgate em até 30 (trinta) dias, conforme definido no termo de cooperação técnica, optando-se sempre pelo índice de maior rentabilidade permitido, nos termos do art. 7º, § 3º, c/c art. 11 da Resolução CNJ nº 651/2025.

8.3.8. A empresa contratada poderá solicitar autorização do Tribunal para resgatar da conta-depósito vinculada os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias contempladas nas rubricas provisionadas, desde que comprovado tratar-se dos empregados alocados para prestação dos serviços contratados, ou para movimentar os recursos diretamente para a conta-corrente dos empregados, desde que para o pagamento das mesmas verbas.

8.3.9. O Tribunal, por meio do setor competente, expedirá, após a confirmação do pagamento das verbas trabalhistas retidas, autorização para o resgate de valores, encaminhando a referida autorização ao banco, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela contratada.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

8.3.10. Eventuais despesas para abertura e manutenção da conta-depósito vinculada serão suportadas na taxa de administração/custos indiretos constante na proposta comercial da empresa, caso haja cobrança de tarifas bancárias.

8.3.11. Os valores depositados na conta vinculada tratados nesta seção são absolutamente impenhoráveis (art. 121, § 4º, da Lei nº 14.133/2021).

8.3.12. As demais disposições referentes à operacionalização da conta-depósito vinculada observarão integralmente o disposto no item 7.38 do Termo de Referência nº 2/2026, cujas regras ficam incorporadas a este instrumento.

CLÁUSULA NONA — DA REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

(Art. 92, V e X, da Lei 14.133/2021)

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e não sofrerão repactuação.

9.2. Na ocorrência excepcional de prorrogação contratual e desde que transcorrido o interregno mínimo de 1 (um) ano das respectivas datas-base dos custos relativos à mão de obra e dos custos decorrentes do mercado, os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante solicitação do contratado, observando o indicado neste instrumento e no Termo de Referência respectivo.

9.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

a) Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato; e

b) Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

9.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

9.4.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

9.5. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços (art. 135, § 4º, da Lei nº 14.133/2021).

9.6. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias (art. 135, § 5º, da Lei nº 14.133/2021).

9.7. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

9.8. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021).

9.9. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

9.9.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

9.10. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo IBGE, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I_0) / I_0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I_0 = Índice inicial – refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

9.11. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

9.12. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

9.13. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.14. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

9.15. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

9.16. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

9.17. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

9.18. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

9.19. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

9.20. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

9.21. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

9.22. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 1 (um) mês, admitida a prorrogação motivada, por igual período, contado esse prazo da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º, da Lei nº 14.133/2021).

9.23. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

9.24. A repactuação de preços poderá ser formalizada por apostilamento, desde que isolada; ou por termo aditivo, quando concomitantemente a outro incidente contratual que o exija.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

9.25. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

9.26. O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

9.27. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

9.28. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte poderá ser formalizada por apostilamento, desde que isolada; ou por termo aditivo, quando concomitantemente a outro incidente contratual que o exija.

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Art. 92, X, XI e XIV, da Lei 14.133/2021)

10.1. São obrigações do Contratante:

10.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificados no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

10.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

10.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

10.9. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei nº 14.133/2021):

10.9.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

10.9.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

10.9.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;

10.9.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

10.9.5. demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

10.9.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

10.10. Adotar as medidas previstas na lei e nos atos da contratação em razão do descumprimento de obrigações pelo Contratado e, caso necessário, cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis;



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

10.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, sendo que:

10.11.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período (art. 123, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

10.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

10.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do art. 137 da Lei nº 14.133/2021);

10.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, § 2º, da Lei nº 14.133/2021;

10.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

10.16. Cumprir as demais obrigações necessárias à execução do objeto deste instrumento contratual, derivadas da lei, regulamentos e demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública;

10.17. Autorizar a contratada, após a assinatura do contrato, o início da prestação dos serviços abrangidos pelo objeto do contrato;

10.18. Orientar a contratada acerca da correta execução dos serviços contratados e autorizar o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho;

10.19. Dar conhecimento à contratada acerca das normas estabelecidas para o horário de trabalho e demais condições exigidas;

10.20. Disponibilizar instalações sanitárias e demais estruturas necessárias à execução dos serviços;

10.21. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

10.22. Rejeitar, caso inadequados ou irregulares, os serviços prestados pela contratada;

10.23. Notificar a contratada, na ocorrência da situação prevista no item anterior, para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as regras deste contrato;

10.24. Notificar a contratada em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;

10.25. Notificar a contratada acerca de eventual conduta inconveniente de seus empregados quando da execução dos serviços ou na ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

10.26. Manter atualizados os documentos próprios dos registros de serviços que tenham sido realizados pela contratada;

10.27. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada;

10.28. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, conforme legislação vigente;

10.29. Avaliar a Contratada por critérios objetivos, sempre que necessário. As avaliações serão encaminhadas à Contratada para análise e adequações necessárias quanto à prestação dos serviços;



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

10.30. Fiscalizar mensalmente o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, podendo tal fiscalização ser por amostragem.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

(Art. 92, XIV, XVI e XVII, da Lei 14.133/2021)

11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato, sendo que:

11.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

11.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, nos prazos estabelecidos (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021).

11.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, formalmente contratados e com habilitação, treinamento e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência.

11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, sendo que a correção de eventuais irregularidades não impedirá a aplicação das sanções previstas na legislação vigente.

11.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia o valor correspondente aos danos sofridos.

11.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

11.8. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203/2010.

11.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

2) certidão negativa relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União ou certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, expedidas conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS-CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal (CEF);



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho (TST);

e

6) certidão negativa junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

11.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todos os tributos e/ou impostos, pelas obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais incidentes, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

11.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal, anormalidade ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos.

11.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

11.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do instrumento congênere.

11.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.18. Manter, durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação, comprometendo-se a comunicar ao contratante qualquer alteração superveniente impeditiva de manutenção dessas condições e comprometendo-se a apresentar os comprovantes de regularidade sempre que solicitado.

11.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133/2021), notadamente:

11.19.1. A reserva de 5% (cinco por cento) das vagas para mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social, nos termos da Resolução CNJ nº 497/2023, da Resolução TRE-RO nº 29/2024 e da Portaria TRE-RO nº 244/2024, observado o disposto nos itens 11.55 a 11.60 desta cláusula;

11.19.2. Projeto "Começar de Novo" — em conformidade com a Resolução CNJ nº 96/2009 e o art. 11, I, da Resolução CNJ nº 307/2019, deverão ser disponibilizadas vagas para presos, egressos do sistema carcerário e cumpridores de penas e medidas alternativas, na proporção de 4% (quatro por cento) dos postos, desde que presentes as condições objetivas para o cumprimento da obrigação, mediante notificação do gestor do contrato e desde que aplicáveis a este contrato.

11.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item anterior, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, sendo vedada a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.

11.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

11.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

11.24. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

11.25. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.26. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.

11.27. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

11.28. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando for o caso.

11.29. Fornecer uniformes e seus complementos a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes e vedada a distribuição de peças usadas.

11.30. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte.

11.31. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

11.32. Autorizar o contratante, de acordo com o Anexo I deste contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.33. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente.

11.34. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição de empregados alocados, observados os seguintes prazos:

11.34.1. Substituição emergencial por falta ao serviço: até o limite de 1 (uma) hora, contado do início do expediente do posto ou do início da ausência, independentemente de notificação prévia do Contratante;

11.34.2. Substituição definitiva (em caso de descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conduta inadequada ou insatisfatória): no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação formal do Contratante.

11.35. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do CONTRATANTE.

11.36. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

11.37. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

11.38. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado.

11.39. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado.

11.40. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

11.41. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, observando o que segue:

11.41.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, XII, art. 30, § 1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal.

11.41.2. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

11.42. Proceder ao atendimento emergencial do CONTRATANTE (horas extras), em caso de necessidade, respeitada a legislação trabalhista, sendo que, na ocorrência de greve da categoria, a CONTRATADA obriga-se à prestação dos serviços, por meio de esquema de emergência.

11.43. Ressarcir e/ou repor, de imediato, o bem físico eventualmente danificado, destruído ou desaparecido no processo de prestação de serviços, ou valores decorrentes de utilização indevida ou particular de serviços/equipamentos disponíveis na Justiça Eleitoral, responsabilizando-se pelos prejuízos à CONTRATANTE, bem como de Terceiros prejudicados, independentemente da comprovação de ação ou omissão por parte da Contratada.

11.44. Responder por quaisquer prejuízos eventuais causados por seus empregados e prepostos à CONTRATANTE, bem como a Terceiros prejudicados, quando em missão de serviços por força das obrigações assumidas ou, mesmo que indevidamente, em razão do contrato.

11.45. Permitir ao CONTRATANTE o acesso ao controle diário de frequência e às carteiras profissionais dos empregados alocados à execução do serviço contratado.

11.46. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço para verificar as condições em que o serviço está sendo prestado.

11.47. Salvar todos os encargos legais na época própria, vez que os seus empregados não mantêm nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

11.48. Apresentar, mensalmente e sempre que solicitados pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamento de salários e de benefícios dos empregados, assim como o recolhimento de encargos devidos.

11.49. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependências do CONTRATANTE.

11.50. Creditar os salários em conta bancária dos empregados, em agências localizadas no município de execução dos serviços ou, na impossibilidade, em agências bancárias do município mais próximo.

11.51. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho.

11.52. Não subcontratar, subempreitar, ceder ou transferir total ou parcialmente os serviços objeto desta licitação.

11.53. Assinar e colher assinatura de todos os seus empregados no Termo de Confidencialidade quanto ao sigilo e respeito às informações relacionadas ao objeto do contrato e às normas de segurança do Contratante; e no Termo de Responsabilidade em relação à Política de Segurança de Informação da Justiça Eleitoral, disciplinada



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

pela Resolução TSE n. 23.644/2021, e à Política de Controle de Acesso Físico e Lógico, objeto da Resolução TRE-RO n. 41/2017, sendo que:

11.53.1. Os referidos documentos devem ser apresentados ao gestor do contrato para fins de comprovação das medidas.

11.54. Observar e cumprir a Resolução TRE-RO nº 31, de 25 de agosto de 2023, que regulamenta a Política e os Mecanismos de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação. Para tanto, compromete-se a instruir seus funcionários a respeito do normativo, inclusive no que tange às práticas de prevenção de assédio e dos procedimentos de denúncias, caso haja ocorrências, observando que:

11.54.1. A Contratada deverá comunicar à Contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência envolvendo assédio moral, assédio sexual ou discriminação relacionada à execução do contrato.

11.54.2. A Contratante disponibiliza os seguintes canais institucionais para o registro de denúncias:

(i) Canal de Denúncias da Ouvidoria do TRE-RO, disponível no Portal de Transparência deste Tribunal;

(ii) Ouvidoria da Mulher; e

(iii) Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação em Todas as Formas, com respectivo Núcleo de Acolhimento, Escuta, Acompanhamento e Orientação de Vítimas, cujas informações, endereços eletrônicos e composição encontram-se disponíveis no Portal de Transparência deste Tribunal. Sem prejuízo dos canais acima, os Fiscais Setoriais e o Gestor do Contrato estão aptos a receber, registrar e encaminhar eventuais ocorrências verificadas durante a execução.

Paridade de gênero e reserva de vagas

11.55. Assegurar que, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos postos de trabalho vinculados ao contrato sejam ocupados por mulheres, consideradas, para esse fim, mulheres cisgênero, mulheres transgênero e mulheres de gênero fluido.

11.56. Considerando o quantitativo total de 52 (cinquenta e dois) postos, assegurar que, no mínimo, 26 (vinte e seis) postos sejam ocupados por mulheres.

Reserva complementar (5%) para mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social (Programa Transformação)

11.57. A contratada deverá observar, sem prejuízo do cumprimento do item 11.55, a reserva complementar mínima de 5% (cinco por cento) das vagas para mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social, nos termos da Resolução CNJ nº 497/2023, observando que:

11.57.1. Para fins desta contratação, serão consideradas mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social aquelas enquadradas em uma das seguintes hipóteses:

I – mulheres vítimas de violência física, moral, patrimonial, psicológica ou sexual, em razão do gênero, no contexto doméstico e familiar;

II – mulheres trans e travestis;

III – mulheres migrantes ou refugiadas;

IV – mulheres em situação de rua;

V – mulheres egressas do sistema prisional;

VI – mulheres indígenas, camponesas ou quilombolas.

11.58. Considerado o quantitativo total de 52 (cinquenta e dois) postos, reservar, no mínimo, 3 (três) vagas para mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social, quantitativo apurado mediante arredondamento, e observar, no preenchimento, a prioridade por mulheres pretas e pardas, nos seguintes termos:

I – 1 (uma) vaga destinada, obrigatoriamente, a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar;

II – 2 (duas) vagas destinadas a mulheres dos demais grupos vulneráveis previstos no item 11.57.1, conforme a seguinte ordem de priorização:

- a) mulheres em situação de rua;
- b) mulheres migrantes ou refugiadas;
- c) mulheres indígenas, camponesas ou quilombolas;
- d) mulheres trans e travestis;
- e) mulheres egressas do sistema prisional.

11.59. As vagas reservadas no item 11.58 integram o cômputo do percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) de mulheres previsto no item 11.55. Assim, deverá ser assegurado, simultaneamente, o preenchimento mínimo de 26 (vinte e seis) postos por mulheres, sendo ao menos 3 (três) pertencentes aos grupos vulneráveis.

11.60. As exigências previstas nos itens 11.55 e 11.58 deverão ser atendidas desde o início da execução contratual, comprovadas previamente ao início da execução, e mantidas durante toda a vigência, ressalvada a flexibilização excepcional autorizada na forma do item 4.6 do Termo de Referência nº 2/2026, cujas regras ficam integralmente incorporadas a este instrumento.

11.61. Observar e cumprir a Instrução Normativa TRE-RO nº 3, de 11 de setembro de 2024, que dispõe sobre a Política de Integridade nas contratações e estabelece a Conduta Ética da Gestão de Contratações do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, em especial as determinações constantes do art. 8º, a saber:

I – que a contratada se abstenha de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei nº 12.846/2013, bem como se comprometa a observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Ética do TRE-RO (Resolução TRE-RO nº 15/2019);

II – que a contratada e subcontratada, se houver, dê conhecimento aos respectivos empregados que participarão da execução contratual, da Política do Sistema de Integridade e Compliance da Justiça Eleitoral em Rondônia, do Código de Ética dos Servidores do TRE-RO, desta Política de Integridade nas contratações e Conduta Ética da Gestão de Contratações do TRE-RO e das demais normas editadas por este Tribunal sobre o tema, para a sua estrita observância;

III – a exigência de declaração de que o licitante não tenha inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas à escravidão e de que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não tenha sido condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas à escravidão ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (art. 14, inciso VI, Lei nº 14.133/2021);

IV – a faculdade de a gestora ou o gestor do contrato solicitar à contratada informações complementares para acompanhamento de questões relacionadas à Integridade;

V – que a contratada tem plena ciência de que o descumprimento de regras licitatórias ou obrigações contratuais serão objeto de apuração de responsabilidade e de aplicação de penalidades por meio de Processo Administrativo Sancionatório ou Processo Administrativo de Responsabilização, conforme o caso;

VI – que a rescisão contratual ou a denúncia, no caso de a contratada praticar atos lesivos ao tribunal, será precedida do devido Processo Administrativo Sancionatório previsto na Lei nº 14.133/2021 ou Processo Administrativo de Responsabilização regulado pela Lei nº 12.846/2013 (anticorrupção);

VII – a proteção da propriedade intelectual, nos casos de desenvolvimento de projetos, produtos, sistemas, entre outros;

VIII – a proteção das informações confidenciais e privilegiadas, conforme disposições em regulamento próprio;

IX – que a forma de comunicação entre os gestores e fiscais de contratos do tribunal e o preposto ou representante legal da contratada deverá ser por escrito, com registro nos respectivos autos de gestão ou fiscalização.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

11.62. A CONTRATADA deverá cooperar com o CONTRATANTE na apuração de fatos relacionados à integridade, assédio ou discriminação vinculados à execução contratual, fornecendo informações e documentos que lhe forem formalmente solicitados, observados o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis.

11.63. Nomear um representante legal (preposto) para, durante o período de vigência contratual, representá-lo na execução do contrato no município de Porto Velho, local da gestão do contrato, ou no município indicado para a execução dos serviços, sendo que:

11.63.1. O prazo para apresentação do Representante Legal ao Gestor do contrato é de, no máximo, 2 (dois) dias, contados da assinatura do contrato; e

11.63.2. O representante nomeado, quando da apresentação ao Gestor do Contrato, deve apresentar documentos idôneos comprobatórios do poder de representação.

11.64. Manter preposto no município de Porto Velho, local da Gestão do contrato, ou no local de execução dos serviços, investido por meio de procuração devidamente registrada em cartório, com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.

11.65. Manter seus empregados sob as normas disciplinares do CONTRATANTE, substituindo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após notificação, qualquer deles considerados inconvenientes pelo CONTRATANTE.

11.66. Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

11.67. É expressamente vedado à CONTRATADA:

11.67.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.

11.67.2. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, durante a vigência deste contrato.

11.67.3. Apresentar, para ocupar postos de trabalho, inclusive em caso de substituições eventuais, pessoas sem o vínculo empregatício formal determinado pela legislação trabalhista.

11.68. Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO, assim como as disposições legais aplicáveis à execução do objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

(Lei 13.709/2018)

12.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

12.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

12.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

12.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

12.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

12.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

12.6.1. O representante da empresa contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, declaração de que seus empregados estão capacitados e/ou firmaram termo de responsabilidade de cumprimento da LGPD.

12.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados, caso permitidos, o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

12.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

12.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

12.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

12.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

12.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

12.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Art. 92, XIV, da Lei 14.133/2021)

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei 14.133/2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei 14.133/2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei 14.133/2021);

iv) Multas moratórias e compensatórias, nas condições indicadas a seguir.

Sem prejuízo das infrações e sanções definidas no edital do certame e em seus anexos, este capítulo regula as multas moratórias e compensatórias pelo descumprimento injustificado das obrigações estabelecidas nos documentos da contratação.

Os percentuais de multa observarão os seguintes limites: de 0,5% (meio por cento) até o máximo de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 156 da Lei 14.133/2021, observadas as situações descritas no seu § 1º.

1 — MULTAS MORATÓRIAS

1.1. Moratória pela interrupção na prestação dos serviços:

1.1.1. primeira interrupção injustificada de até 6 (seis) horas na execução dos serviços contratados: multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou, quando se tratar de interrupção de todos os serviços, sobre o valor total do contrato, até o limite de 1 (um) dia;

1.1.2. segunda interrupção injustificada de até 6 (seis) horas na execução dos serviços contratados: multa de 0,7% (zero vírgula sete por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou, quando se tratar de interrupção de todos os serviços, sobre o valor total do contrato, até o limite de 1 (um) dia;

1.1.3. terceira interrupção injustificada, ainda que por período igual ou inferior a 6 (seis) horas, na execução dos serviços contratados: multa de 0,9% (zero vírgula nove por cento) sobre o valor total do contrato, independentemente da parcela inadimplida, até o limite de 1 (um) dia;

1.1.4. quarta interrupção injustificada, ou qualquer interrupção superior a 1 (um) dia, poderá caracterizar inexecução parcial ou total do contrato.

1.2. Moratória pelo descumprimento do prazo para apresentação, suplementação ou reposição da garantia:

1.2.1. Multa de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

1.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

1.3. Moratória pelo descumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato:

1.3.1. Primeiro descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 1% (um por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou sobre o valor total do contrato, caso o descumprimento impacte a execução de todos os serviços, até o limite de 1 (um) dia;

1.3.2. Segundo descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou sobre o valor total do contrato, caso o descumprimento impacte a execução de todos os serviços, até o limite de 1 (um) dia;

1.3.3. Terceiro descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato, por prazo superior a 1 (um) dia, ou qualquer interrupção da execução por prazo superior ao definido nesta alínea, poderá caracterizar inexecução parcial ou total do contrato.

1.4. Moratória pelas demais obrigações inadimplidas:

Multa de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), sobre o valor da parcela inadimplida ou sobre o valor total do contrato, caso o atraso impacte a execução de todos os serviços, pelo descumprimento das demais obrigações contratuais, limitada a 5 (cinco) dias.

2 — MULTAS COMPENSATÓRIAS

2.1. Multa compensatória de 20,0% (vinte por cento) a 30,0% (trinta por cento) do valor do contrato para as seguintes infrações:

2.1.1. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

2.1.2. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

2.2. Multa compensatória de 10,0% (dez por cento) a 30,0% (trinta por cento) do valor do contrato para a seguinte infração:

2.2.1. der causa à inexecução total do contrato.

2.3. Multa compensatória de 20,0% (vinte por cento) a 30,0% (trinta por cento) do valor do contrato para a seguinte infração:

2.3.1. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

2.4. Multa compensatória de 5,0% (cinco por cento) a 30,0% (trinta por cento) do valor do contrato para a seguinte infração:

2.4.1. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

2.5. Multa compensatória de 5,0% (cinco por cento) a 30,0% (trinta por cento) do valor do contrato para a seguinte infração:

2.5.1. der causa à inexecução parcial do contrato.

3 — POSSIBILIDADE DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

3.1. Atrasos superiores ao previsto nas alíneas anteriores, sem prejuízo das sanções disciplinadas, autorizam a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei 14.133/2021).

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei 14.133/2021).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei 14.133/2021).

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei 14.133/2021).

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.5.1. O processo administrativo de aplicação das sanções observará as normas da Lei 14.133/2021 e as regras definidas no contrato, sem prejuízo da aplicação de normas específicas do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia sobre esse tema, das quais o contratado terá ciência.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013,

serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei 14.133/2021).

13.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei 14.133/2021).

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei 14.133/2021.

13.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — DAS ALTERAÇÕES

(Arts. 124 e seguintes da Lei 14.133/2021)

14.1. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I — unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II — por acordo entre as partes:

a) quando for conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando for necessária a modificação do regime de execução do contrato, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando for necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

14.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do item 14.1, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento) (art. 125 da Lei nº 14.133/2021).

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento, nas hipóteses elencadas no art. 136 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

(Art. 92, XI, da Lei 14.133/2021)

15.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

15.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, sendo que:

15.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n. 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sendo que:

15.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

15.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato (art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021); e

15.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva (art. 136 c/c art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021).

15.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

15.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e

15.4.3. Indenizações e multas.

15.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n. 14.133, de 2021).

15.6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

15.7. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação e de qualificação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

15.8. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

15.9. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

15.9.1. a garantia contratual — prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias —, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n. 14.133/2021); e

15.9.2. os valores das Notas Fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplimento, até que a situação seja regularizada.

15.10. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, § 3º, inciso II, da Lei n. 14.133/2021).

15.11. O contratante poderá ainda:

15.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da Lei n. 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

15.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n. 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

15.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n. 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA — DOS CASOS OMISSOS E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

(Art. 92, XVIII e XIX, da Lei 14.133/2021)

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA — DA DIVULGAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

(Art. 94 da Lei 14.133/2021)

17.1. O Contratante providenciará a divulgação do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar de sua assinatura (consoante disposto no artigo 94, I, da Lei 14.133/2021, para divulgação no caso de licitação) e no seu sítio eletrônico oficial na Internet, em atenção ao artigo 91, caput, da Lei n. 14.133, de 2021, e ao artigo 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c artigo 7º, § 3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012, bem como providenciará a publicação de extrato do instrumento respectivo, no mesmo prazo, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia (DJE).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA — DO FORO

(Art. 92, XVII, da Lei 14.133/2021)

18.1. Em cumprimento ao art. 92, § 1º, da Lei n. 14.133/2021, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste Contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

| | |
|---------------------------|--------------------------|
| <hr/> Pelo CONTRATANTE | <hr/> Pela CONTRATADA |
| <hr/> Testemunha | <hr/> Testemunha |



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

ANEXO I DO CONTRATO

AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DIRETO

Por meio da assinatura deste instrumento a Contratada _____, CNPJ nº _____, por seu representante legal _____, RG nº _____ e CPF nº _____, autoriza o Contratante a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores alocados na execução do contrato e das contribuições previdenciárias e do FGTS a serem depositados diretamente nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, na forma do item 1.2, “d” do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG nº 05/2017 c/c Instrução Normativa SEGES/ME 98/2022.

_____/____, em ____/____/____.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO. Documento datado e assinado eletronicamente.

Assinatura do representante legal

0001764-85.2025.6.22.8000

1514637v4